

# REFLEXÕES SOBRE O FUNDO DOCUMENTAL DA ALFÂNDEGA DE MANAUS

RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO<sup>1</sup>  
THAIANA CAROLINE PIRES DOS SANTOS<sup>2</sup>



## Resumo

A Alfândega de Manaus foi durante o final do século XIX e início do século XX a porta de entrada para produtos e pessoas advindas de todos os cantos do mundo, e também a porta de saída de produtos locais que movimentaram por décadas a economia do Amazonas e do Brasil. Esse movimento ficou registrado no arquivo da Alfândega, que hoje encontra-se disperso em vários locais na cidade de Manaus. O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre parte desse acervo que se encontra custodiado no Arquivo Público do Estado do Amazonas, trazendo resultados parciais do projeto de extensão do curso de Arquivologia que tem por objetivo organizar o acervo. Para alcançar os objetivos foi realizado uma pesquisa bibliográfica para contextualizar o objeto, bem como uma análise tipológica do próprio acervo. Espera-se que tal reflexão possa contribuir para difusão do fundo documental da Alfândega de Manaus e fomentar novos trabalhos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Fundo Documental. Alfândega de Manaus. História.

## Abstract

Manaus Customs was, during the late 19th and early 20th centuries, the gateway for products and people from all corners of the world, and also the gateway for local products that have driven the Amazon economy for decades and of Brazil. This movement was registered in the Customs archive, which today is dispersed in several places in the city of Manaus. The present work aims to reflect on part of this collection that is kept in the Public Archive of the State of Amazonas, bringing partial results of the project of extension of the Archivology course that aims to organize the collection. To achieve the objectives, a bibliographic research was carried out to contextualize the object, as well as a typological analysis of the collection itself. It is hoped that such reflection can contribute to the dissemination of the documentary background of the Customs of Manaus and to encourage new works on the theme.

**Keywords:** Documentary Fund. Manaus Customs. History.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Egresso do Curso de Licenciatura Plena em História e Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas. Docente do Curso de Arquivologia - UFAM, coordenador do Laboratório de Organização e Representação de Documentos e Informação - LORDI/UFAM. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Arquivologia - NuPeArq/UFAM. E-mail: [Rodolfoazevedo@Ufam.Edu.Br](mailto:Rodolfoazevedo@Ufam.Edu.Br)

<sup>2</sup> Egressa do curso de Licenciatura Plena em História, Discente do Curso de Bacharelato em Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: [thaiana.ps@hotmail.com](mailto:thaiana.ps@hotmail.com)



A Alfândega de Manaus marcou um tempo áureo na história da capital amazonense, refletindo um contexto que ficou conhecido por *belle époque*, cuja economia advinda da extração da borracha chegou a movimentar a economia do Brasil. Tratava-se do contexto do final do século XIX e início do século XX, onde se registravam nos livros do porto toda vida de uma cidade, informações que iam muito além de listas de produtos que saíam e entravam na cidade Manaus.

Esses livros encontram-se, em parte, custodiados no Arquivo Público do Estado do Amazonas, atualmente localizado na Rua Bernardo Ramos, 265 – Centro de Manaus, e estão sofrendo intervenção arquivística pelo projeto de extensão do curso de Arquivologia da UFAM intitulado *Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no Sistema de Arquivos e Documentos do Estado do Amazonas – SAGED*.

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a trajetória dessas fontes históricas, ressaltando o papel do arquivo público que custodia parte do acervo, bem como a própria documentação que pouco foi pesquisada, em virtude de as mesmas ainda não terem sido organizadas, arranjadas e catalogadas para facilitar o acesso.

Para tanto, utilizar-se-á de uma abordagem bibliográfica e documental, onde através de análise dos próprios documentos da Alfândega, pretende-se ressaltar alguns potenciais temáticos que o referido acervo contém, por registram um momento da história que ficou marcado na arquitetura, cultura, economia, entre outros aspectos da sociedade amazonense e brasileira.

Compreende-se que tais documentos arquivísticos, apesar de serem produzidos com uma finalidade administrativa, são produtos de um contexto, refletindo as intencionalidades e subjetividades do mesmo, no entanto, a presente reflexão não se atenderá a esse aspecto, cabendo ao historiador, futuramente, passar pelos filtros da crítica histórica.

Em suma, o presente trabalho pretende contribuir para a difusão do fundo documental da Alfândega de Manaus, que por décadas ficou guardado nos porões do Arquivo Público do Estado do Amazonas e pouco foi consultado, configurando-se enquanto fonte de pesquisa para se revelar uma parte da história do Amazonas.

### **O Arquivo Público do Amazonas como custodiador do patrimônio documental**

O Arquivo Público do Estado do Amazonas é certamente uma instituição guardiã da chamada memória oficial, mas é também um receptor de documentos oriundos de uma



coletividade, a sociedade amazonense, que peticiona e demanda ao Estado sobre diversos assuntos que ficam registrados em processos administrativos e outros tipos documentais.

Guardar registros da história da sociedade brasileira não é uma preocupação recente no país. Tão logo o Estado Nacional Brasileiro começou a se estruturar – a partir de 1822, com a proclamação da Independência – as reflexões sobre o que seria uma *identidade nacional* começou a se desenhar e, conseqüentemente, iniciaram-se as proposições sobre a necessidade de criar instituições para guarda de documentos reveladores dessa identidade. Não abordaremos aqui as divergências sobre tal reflexão, mas é importante realçar a relevância da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838, e suas filiais nas Províncias, como no caso no Amazonas, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, em 1917.

Logo mais adiante, quase cem anos depois, em 1937, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que será reestruturado e passará a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quando haverá visibilidade e discussões sobre os patrimônios do país, que “se dedica às ações de identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro” (PRIORI, 2009, p.80), que, nascido no seio do movimento modernista, ampliou a noção de patrimônio tornando-se um marco na salvaguarda das memórias coletivas.

O mesmo instituto, por meio do Decreto-lei de nº 25, de 30 de novembro de 1937, definiu o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (LEMOS, 1982, p.29). Com base nessa definição os documentos são também de interesse público por estarem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, apesar do órgão não possuir políticas de preservação para o patrimônio documental.

O conceito de patrimônio documental no Brasil ainda encontra-se em fase de definição, mas considerando que patrimônio é tudo aquilo vinculado a memória e o conceito atual de documento, podemos correlaciona-lo com o estabelecido pelo Arquivo Nacional, para melhor visualização, o qual afirma que “documento é uma unidade de registro de informação de qualquer que seja o suporte ou formato” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).



Avançando para o século XX e em termos de democratização da informação, merece destaque outro marco jurídico e político importante para a preservação do patrimônio documental nacional: a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, que em seu art. 216 define como patrimônio todos os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (LEMOS,1982, p.29). Em seu parágrafo IV, exemplifica o patrimônio como: obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. (GRIFOS NOSSOS)

Na Constituição de 1988, aparece o termo documento como patrimônio nacional, e como patrimônio nacional, deve conter informações sobre a memória coletiva da sociedade brasileira, neste caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem por obrigação protegê-los.

Um outro dispositivo constitucional merece realce nessa reflexão. Trata-se do artigo 5º, inciso XXXIII, que assim determina, que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Esse dispositivo deu origem a uma ação formal do Estado Brasileiro rumo à organização de seus arquivos, o que resultou na criação do CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos, em 1991, e na expedição de legislação e atos normativos voltados à organização arquivística a fim de dar cumprimento ao comando constitucional de acesso à informação.

Assim, além de instituições como o IPHAN e os Institutos Históricos, os Arquivos Públicos e até mesmos os privados, enquanto instituição, adquiriram um novo status diante desse novo contexto histórico e passaram a ser identificados como lugar da democratização da informação. E a recente expedição da Lei nº 12.527/11 ou como ficou conhecida Lei de Acesso à Informação (LAI) reitera esse movimento rumo à revalorização dos arquivos e coloca em pauta a necessidade de conhecê-los e reorganizá-los para cumprir a sua missão que é dar acesso aos documentos neles custodiados.



Compreendendo os Arquivos públicos como lugares de memórias, que tem por objetivo principal preservar a memória patrimonial do Estado é que o Arquivo Público do Estado do Amazonas preservou os documentos provenientes da Alfândega de Manaus, que haviam sido eliminados. Este acervo foi entregue à instituição em meados da década de 2000 e até recentemente não havia tido nenhum tipo de tratamento arquivístico, configurando assim uma massa documental acumulada, em que tudo estava por fazer, desde a retirada do porão do arquivo, higienização, ainda que superficial, além de identificação das tipologias, arranjo e catalogação.

Com o projeto de extensão intitulado “*Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no Sistema de Arquivo e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas- SAGED*” teve-se um primeiro contato com a documentação que foi retirada do porão, higienizadas e passou a ser separada segundo as tipologias que foram sendo identificadas.

### **História da Alfândega de Manaus**

Com a elevação do Amazonas de capitania a província pela lei imperial 582 de 05 de setembro de 1850, e instalação em 1852 com Manaus sendo sua capital, a cidade começa a passar por uma série de mudanças para que pudesse cumprir a sua função de sede administrativa, de modo que as melhores casas passam a ser alugadas para servir de sede aos prédios que abrigariam a estrutura burocrática para gerir a nova capital.

Elizabeth Agassiz registrou em Viagem ao Brasil 1865-1866 (2000, p. 196), sua impressão sobre a recém-capital:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir aos ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade na junção do Rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação

No trecho acima, destaca-se dois pontos: a primeira é que de fato, a partir da década de 1870 a exportação da borracha começa a progredir e Manaus passa a ser o principal polo exportador do Brasil, com os cofres começando a ser abastecidos a cidade passará por uma série de transformações paisagísticas e urbanísticas se adequando aos ideais de civilidade da época; a segunda é quando Elizabeth cita o termo ‘alfândega’, pois



a mesma ainda não existia na época, o que tínhamos era uma mesa de renda, que será explanado mais adiante.

Em relação a porto e alfândega devemos esclarecer a diferença entre esses termos. No que concerne a *porto* este designa o local no qual há embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, já a Alfândega é a repartição federal instalada no porto, segundo o Dicionário Básico Portuário, há o termo *porto organizado* que consistiria no “porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de *mercadorias*, concedido ou explorado pela União” (OGMO, 2020) na passagem a qual Elizabeth Agassiz se reporta, no ano de 1865-1866, Manaus possuía um porto, pois havia o local para embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, mas este não era organizado e não possuía alfândega.

Manaus só contará com alfândega a partir de 1869, segundo o presidente Wilkens Matos no seu relatório de presidente de província (1869, p. 66) em 1867 foi promulgado o regulamento que cria a alfândega na cidade, em virtude do estabelecimento do regulamento de 31 de dezembro de 1863 que autorizou a navegação de barcos peruanos no rio Amazonas. No entanto, o presidente da província afirma que apesar dos regulamentos, o seu predecessor não nomeou gente competente para que os trabalhos alfandegários fossem iniciados com sua respectiva normativa, de modo que os trabalhos se iniciaram em 25 de março de 1869, extinguindo-se assim a mesa de rendas até então existente, pois segundo o Guia da administração pública brasileira (ARQUIVO NACIONAL, 2017, p, 128), as mesas de rendas seria instaladas em locais que não houvesse uma alfândega.

Mas antes de 1860 outras providências já haviam sido tomadas em relação a navegação na região norte, pois a navegação a vapor no rio Amazonas foi aberta pelo lei 586 de 06 de setembro de 1856, e tal medida foi ampliada com o decreto 3.749 de 07 de dezembro de 1866 que permitia a entrada de navios estrangeiros, deste modo era imprescindível que a cidade tivesse uma alfândega que cumprisse com suas obrigações de fiscalizar, monitorar e registrar a entrada e saída de navios, pessoas e mercadorias.

Assim, a alfândega de Manaus passará a funcionar até a virada do século XIX para o XX, sempre sendo retratada nos relatórios de presidentes de província como necessitada de reparos e melhoramentos, assim como o porto que aparecerá na mesma situação, com constantes necessidades de reparos na rampa, na escadaria e em várias outras partes que demandem restaurações.



Com a entrada de navios estrangeiros, e escoamento de mercadorias, principalmente a borracha, o orçamento da província começa a decolar e o dinheiro passa a ser investido numa série de obras públicas. Na virada do século XIX, Manaus passará pelo período denominado *belle époque*, em que a grande demanda de látex pela Europa irá encontrar mercado abastecedor no Brasil, principalmente na Região Norte.

A Manaus vislumbrada por Elizabeth Agassiz na década de 1860, estará completamente diferente nos anos 1900, pois se antes a cidade contava com casas modestas que serviam de prédios para administração pública, agora haverá uma explosão de construções, surgiram: Igreja Matriz da Nossa Senhora da Conceição, Palacete Provincial, Mercado Adolpho Lisboa, Liceu Provincial (atua Colégio Dom Pedro II), Igreja de São Sebastião, Ponte de Ferro dos Remédios, Teatro Amazonas, serviço de aterro de igarapés, serviço de iluminação pública, abastecimento de água, bondes<sup>3</sup> e obras no porto e a construção do prédio da alfândega.

A cidade passa por uma transformação espacial devido a atenção voltada para a exportação do látex, como também sofre com um aumento populacional num curto espaço de tempo. Dias (2007, p. 35) afirma que se em 1852, quando a província foi instalada, contava apenas com 8.500 habitantes, em 1890 esse número saltará para 50.300, sendo o principal responsável para esse salto a migração, principalmente nordestinos, que ansiavam por oportunidade de trabalho e melhores condições de vida.

Com todo esse processo ocorrendo o porto era a principal entrada de pessoas e mercadorias, tanto para a capital, quanto para adentrar o restante do tráfego no rio Amazonas, se fazia mais do que necessário e urgente que o porto passasse por melhoramentos e a alfândega recebesse um prédio adequado para sua finalidade.

No entanto, as obras do porto e da alfândega se arrastam a passos lentos no final do século XIX e quando deslancha no século XX ainda enfrenta muitos percalços, sejam pelo fato dos governantes voltarem atenção para a transformação urbanística que a cidade passa, seja por disputas políticas e também crescente o fato de que, apesar do governo fechar contrato para o início das obras, estas não se iniciam até a década de 1900.

A partir de 1900 é que as obras começa a se concretizar, segundo Mesquita (2006, p. 307) um contrato foi firmado neste mesmo ano com Bromistau Rymkiewicz, que

---

<sup>3</sup> Há vários trabalhos que exploram essa fase da história amazonense, aqui nos baseamos nas seguintes obras: MESQUITA, Otoni. Manaus: História e Arquitetura (1852-1910), 3ª edição, Manaus: Valer, 2006. E no livro: DIAS, Ednea, Mascarenhas. A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920, 2ª edição, Manaus: Valer, 2007



organizou a companhia denominada Manaós Harbour Limited, os trabalhos de fato se iniciaram em 1902, e no ano seguinte já haviam sido construídos quatro trapiches e um flutuante com torres movimentadas pela eletricidade. Ao longo da década serão construídos: a Casa de Máquinas (que atualmente abriga o Museu do Porto), dois armazéns, o prolongamento da plataforma de madeira, e a ponte flutuante em forma de T (que alguns habitantes ainda hoje chamam de “cais do Roadway” ou apenas “Roadway”), o que tornaria o porto manauara único no mundo, pois a rampa flutua conforme o nível das águas do Rio Negro no período de cheia e vazante.

**Figura 1** Vista do flutuante com as torres movimentadas a energia elétrica



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional<sup>4</sup>

A imagem acima nos mostra o flutuante com as torres movimentadas a energia elétrica, uma ostentação para a época, as torres funcionavam como guindastes que levavam por cabos toda a mercadoria para o interior dos navios e transatlânticos (DIAS, 2007, p. 51)

---

<sup>4</sup> Tração aérea por electricidade da M.H.Ltd. flutuante das Torres. Manaus, AM: Huebner & Amaral, [1909]. 1 cartão-postal, colotipia, 9 x 14 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1464422/icon1464422.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464422/icon1464422.jpg). Acesso em: 27 de abril de 2020.



Em relação ao prédio da alfândega as obras começam no ano de 1906, e o seu prédio é considerado um dos primeiros prédios pré-fabricados do mundo, pois o mesmo veio em blocos da Inglaterra e foram montados em Manaus, segundo Mesquita (2006, p. 251) o prédio da alfândega não foge a ostentação que os governantes queriam demonstrar à época, seu estilo é caracterizado como eclético pois “revela uma nostalgia típica do Romantismo e remete a construções do período medieval italiano e até mesmo da Renascença” e sua inauguração se deu em 1909, pouco antes da crise da exportação da borracha causada pela introdução do látex asiático no mercado internacional.

### Diagnóstico do Fundo Documental da Alfândega de Manaus

Parte do fundo documental da Alfândega de Manaus encontra-se custodiado no Arquivo Público do estado do Amazonas, estavam acondicionados no subsolo, em estantes de aço, sem temperatura e umidade adequados, conforme pode ser visualizado na figura abaixo.

**Figura 2:** Livros da Alfândega de Manaus no porão do Arquivo Público



Fonte: Acervo Particular do Projeto de Extensão Políticas Arquivísticas

Conforme observado na imagem não havia nenhuma organização nos acervos, os documentos encontravam-se apenas depositados nas estantes. Devido a característica dos documentos, por estarem encadernado, em sua maioria encontram-se em bom estado, conforme pode ser observado na imagem abaixo:



**Figura 3:** Capa e contracapa do livro Registro das Guias



Fonte: Acervo Particular do Projeto de Extensão Políticas Arquivísticas

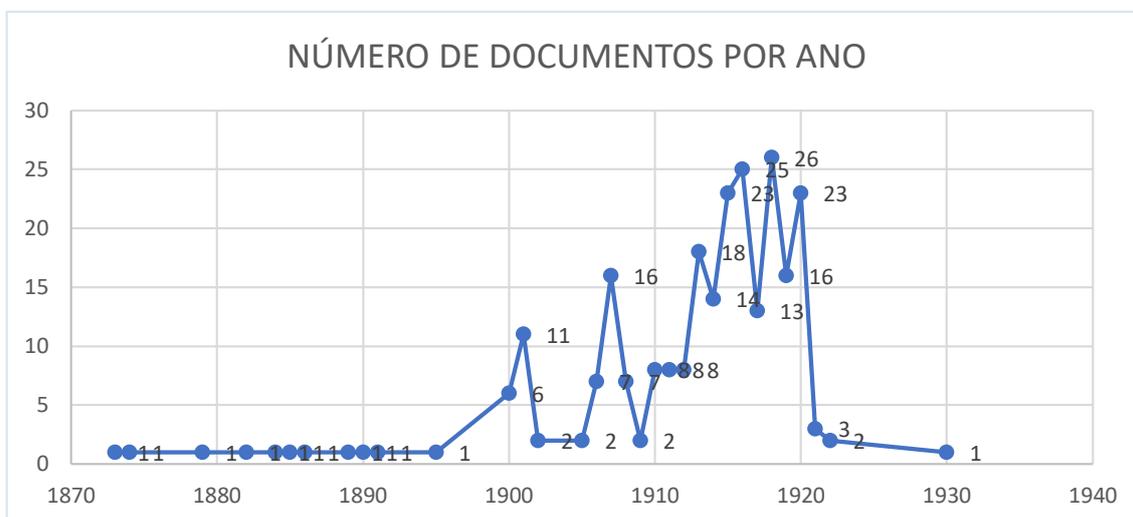
O projeto *Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no Sistema de Arquivos e Documentos do Estado do Amazonas – SAGED*, iniciado no primeiro semestre de 2019 encontra-se em fase de conclusão. Este contou com uma equipe de discente do curso de arquivologia da Universidade Federal do Amazonas, o qual primeiramente transferiu o acervo do subsolo do arquivo público para a sala de tratamento na mesma instituição, realizou processo higienização da documentação, onde foram retirados objetos metálicos que oxidam e prejudicam a documentação. Também foi realizado a identificação tipológica da documentação, o qual foram levantados os seguintes itens: tipo documental (sendo muitas vezes necessário ler o conteúdo do documento, pois não é clara qual a tipologia na capa) ano de abertura, ano de exercício (visto que existem diversos documentos que registram atividades de vários anos), número de folhas e a situação quanto a preservação, para futuramente ser submetido a restauração ou outra intervenção, se for necessário.

Até o momento, foram identificados 290 documentos, sendo o livro mais antigo encontrado trata-se de Livro de Resumo de Ponto dos empregados da Alfândega de Serpa, aberto em 26 de dezembro de 1873, ano de exercício 1874, contendo 34 folhas,



identificado como em bom estado de conservação. O documento mais recente identificado foi um livro caixa geral, aberto em 01 de janeiro de 1930, ano de exercício 1930 e 1931 contendo 286 folhas, em bom estado de conservação. Dos documentos catalogados, 38 não possuem data de abertura, os 258 podem ser visualizados as quantidades e os respectivos anos no gráfico abaixo.

**Gráfico 1.** Número de documentos do Fundo da Alfândega por ano.

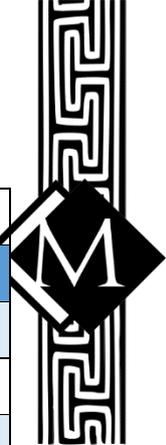


Fonte: os autores, 2020.

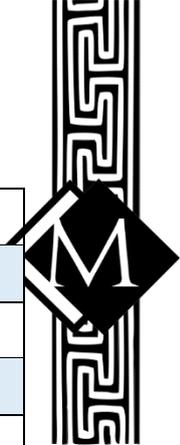
Como pode ser observado no gráfico 1, até o início dos anos de 1900 há pouca documentação preservada no Arquivo Público, sendo identificado apenas um documento por ano, a partir do século XX, percebe-se um aumento desses documentos com ápice de 26 documentos no ano de 1920. Há hipótese de que a quantidade de documentos possa representar uma demanda maior de atividades, o qual geraria, conseqüentemente maior produção documental, no entanto, somente uma pesquisa histórica poderia comprovar essa afirmação.

Quanto a preservação foram identificados apenas 21 documentos com problemas, sendo: 2 livros que estavam em branco, 2 livros que contêm folha solta, 7 livros com páginas coladas devido a umidade, 1 livro sem capa e termo de abertura, 2 livros com folhas rasgadas, 1 livro sem capa, 1 livro sem identificação na capa ou cabeçalho de páginas, 5 livros faltando páginas e 1 livro deteriorado: capa quebrada, páginas coladas pela umidade, sem condições de manuseio.

Quanto a tipologia documental, foram identificados 111 tipos documentais diferentes, os quais podem ser observados no quadro abaixo:

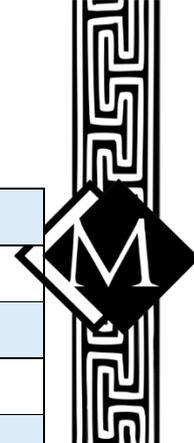


LISTA DOS DOCUMENTOS DO FUNDO ALFÂNDEGA DE MANAUS	
Quant.	TIPOLOGIA
1	Livro de armazenagens
3	Livro de Arqueações e Procurações da Alfândega de Manaus
1	Livro de Barca de Registro
3	Livro de Cadastro Geral dos Estabelecimentos e Indivíduos registrados para o comércio e fabrico de produtos sujeitos ao imposto de consumo
5	Livro de Caixa de Cintas de Consumo Nacional
3	Livro de Caixa de Cintas do Imposto de Consumo Estrangeiro
1	Livro de Caixa de Depósito de diversas origens. Mesa de Rendas da Alfândega de Porto Velho
10	Livro de Caixa de Estampilhas de selo adesivo
3	Livro de Caixa de Receita e Despesa
8	Livro de caixa de selo do imposto de consumo nacional
5	Livro de Caixa de selos de imposto do consumo estrangeiro
4	Livro de caixa discriminativo dos depósitos escriturados nos diversos livros de receita
1	Livro de caixa especial das cintas dos impostos de consumo de vinhos de frutas
5	Livro de Caixa especial dos selos do imposto de consumo estrangeiro para tecidos, fumo em corda ou folha, peixe a granel, louças ou vidros e sal comum
11	Livro de caixa geral
1	Livro de Caixa Geral - Posto Fiscal Federal do Japurá (Alfândega de Manaus)
1	Livro de Caixa Geral do Posto Fiscal de Itacoatiara
2	Livro de Caixa Geral do Posto Fiscal Federal do Içá Brasileiro. Alfândega de Manaus
1	Livro de Carga e Descarga de Armamento
1	Livro de cintas (sic) nacionais especiais para álcool e aguardente de cana ou cachaça. Posto Fiscal Federal de Itacoatiara
3	Livro de Conta Corrente de exactores (sic)
1	Livro de Contrato de Marinheiros, Remadores e Patrões da Repartição de Itacoatiara (Alfândega de Itacoatiara)
1	Livro de Controle de Marinheiros Luiz Leopoldo de Bulhões



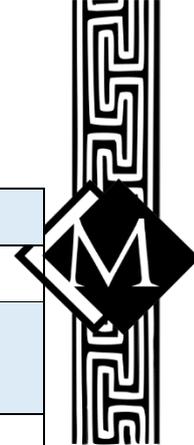
1	Livro de Crédito da Alfândega
1	Livro de demonstração das rendas arrecadadas
1	Livro de Depósito e Estatística. Alfândega de Manaus
1	Livro de Designações, comissões e armazéns
1	Livro de Despacho do despachante geral Raimundo Pinto Magalhães
11	Livro de Despacho
1	Livro de Despesas da Renda Alfandegada de Porto Velho. Receitas dos Despachos Importados da Alfândega de Manaus
1	Livro de distribuição de serviços do pessoal das embarcações da Alfândega de Manaus e de Posto Fiscal do Japurá do Içá
1	Livro de Distribuição do serviço diário do pessoal das embarcações, aviso, lancha, barca e escaleres da Alfândega de Manaus
1	Livro de Entrada de Navios Nacionais
1	Livro de Entrada e Saída de Carvão
1	Livro de entrada e saída de navios estrangeiros
1	Livro de escrituração do caixeiro despachante Luiz Augusto de Azevedo
1	Livro de escrituração do imposto sobre juros dos empréstimos hipotecários e anthircéticos (sic)
1	Livro de escrituração dos despachos de carga do despachante geral Candido Machado
1	Livro de estampilhas do imposto de gênero estrangeiros
2	Livro de estampilhas do imposto de gênero nacionais
1	Livro de exportação de mercadoria estrangeira por cabotagem
1	Livro de Índice dos Termos de Responsabilidade de Trânsito e outros
1	Livro de isenções de direitos. Registro das Ordens Concessivas
1	Livro de Lançamento de selos por verba
1	Livro de mapa do movimento de consumo de estampilhas das fábricas de fumo e seus preparados
1	Livro de Matrícula das sociedades sujeitas ao imposto sobre dividendos
1	Livro de Mesa de Rendas Federais de Itacoatiara - Registro de embarcações
1	Livro de mesas de rendas alfandegadas de Porto Velho
1	Livro de Movimento da Borracha de Procedência do Território do Acre
5	Livro de Ocorrência



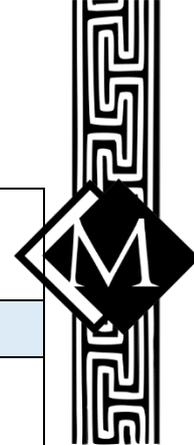


1	Livro de ponto de pessoal da Guarda-Moria. Alfândega de Manaus
1	Livro de ponto dos empregados do Posto Fiscal Federal de Itacoatiara
1	Livro de ponto e pagamento de funcionário da Alfândega de Manaus
1	Livro de Pontos dos Marinheiros de Itacoatiara
1	Livro de Porta Encargo
29	Livro de Protocolo
1	Livro de Razão
7	Livro de Receita de Diversos Impostos da Alfândega de Manaus
1	Livro de Receita de exportação do território do Acre
1	Livro de Receita Discriminada
10	Livro de Receita do selo por verba
6	Livro de Receita dos despachos marítimos
4	Livro de Receita e Despesa
5	Livro de Receita Geral
1	Livro de Receitas de exportação do território do Acre
6	Livro de Receitas de Importação
1	Livro de receitas do selo por verba
1	Livro de Receitas e despesas a cargo do Tesouro. Alfândega de Manaus
1	Livro de Registo de Comunicações do Guarda-Maria do Inspetor de Alfândega de Manaus
5	Livro de registro das guias de consumo
1	Livro de Registro das ordens e telegramas de isenção de direito
2	Livro de Registro das Patentes de Impostos de Consumo
2	Livro de Registro de Despacho de borracha em trânsito da Alfândega de Manaus
2	Livro de Registro de despachos de exportação para o estrangeiro
3	Livro de Registro de Despachos de Exportação por cabotagem
1	Livro de Registro de Despachos, Guias de diferenças e outros documentos re Receita. Alfândega de Manaus
4	Livro de Registro de Detalhes
1	Livro de Registro de fórmulas de isenções
3	Livro de Registro de ocorrência
1	Livro de registro de ordens e telegramas concedendo favores de isenção dos direitos aduaneiros





1	Livro de Registro de saída de volumes despachados
1	Livro de Registro de Telegramas recebidos
1	Livro de Registro de Termos de entradas das embarcações vindas de fora da República
1	Livro de Registro dos mercadores de chapéus
1	Livro de registro dos ofícios a delegacia fiscal
1	Livro de registro para a matrícula das companhias que gozaram da isenção de direitos de acento
1	Livro de Registros Comerciais em Itacoatiara
2	Livro de Registros da guias de consumo
2	Livro de Registros de Detalhes/ Registro das distribuições dos serviços diários
1	Livro de Registros de Entrada e Saída de produtos estrangeiros do Trapiche Alfandegão Fernandes
1	Livro de Registros de Exportação do Território do Acre. Alfândega de Manaus
1	Livro de Registros de ordens do dia do comando da Força dos Guardas
1	Livro de Registros de Títulos de Despachantes seus ajudantes e canoieiros despachantes de Manaus
1	Livro de Registros para entradas e saídas de objetos do depósito existente na Alfândega Velha a cargo do servente Joaquim Oliveira Solano
1	Livro de Responsabilidade (Beneficiamento da Borracha)
1	Livro de Resumo de Ponto dos empregados da Alfândega de Serpa
1	Livro de Termo de arrematação
1	Livro de Termo de Consumo de Mercadorias condenadas na forma da lei
5	Livro de Termo de entrada de navios
1	Livro de Termo de fiança de despachante
1	Livro de Termo de Leilão procedido no armazém de mercadorias retardadas e abandonadas
28	Livro de Termo de Responsabilidade
2	Livro de Termos de Arrematação
1	Livro de Termos de Fiança dos despachantes, ajudantes de despachantes e caixeiros despachantes
2	Livro de Termos de retificação das entradas dos navios nacionais



1	Livro de trânsito reexportação ou baldeação e embarque. Mesa de Rendas Alfandega de Porto Velho
3	Livro Diário de máquinas
1	Livro Índice de Portarias da Inspetoria da Alfândega Registrados na Guarda-Moria
1	Livro Mapa do movimento e consumo de estampilhas da fábrica de calçado
1	Livro para distribuição do serviço diário do pessoal das embarcações, aviso, lanchas, barcas e escaleres da Alfândega de Manaus
2	Livro Termo de Depósito

Quanto aos termos apresentados no quadro anterior foi mantido os mesmo descritos nos próprios documentos, resguardando a escrita da época. A maior quantidade de tipos encontrados foi de livro de protocolo, totalizando 29, seguido por livro de termo de responsabilidade 28. A maioria das tipologias encontradas possuem apenas 1 documento, totalizando 73.

A análise tipológica configura-se enquanto uma atividade bastante complexa, tendo que ter um conhecimento profundo da estrutura administrativa da instituição, atividades meio e finalística, bem como as funções e atividades desempenhadas pela mesma. Tais informações estariam disponíveis em documentos políticos normativos da própria instituição, que, infelizmente não foi possível encontrar. Diante disso, partiu-se diretamente da análise da documentação executiva, o qual muitas vezes não deixa clara a sua origem.

O presente trabalho ressalta o potencial temático que a referida documentação pode proporcionar aos pesquisadores, revelando assuntos que vão muito além de listas de mercadorias, mas a própria relação de trabalho que se dava no ambiente portuário, a relação cultural, ou melhor, a imposição cultural advinda de outros estados ou países, visualizadas não apenas na arquitetura que permanece mas nos próprios hábitos culturais.

Destaca-se também o problema enfrentado para acessar as fontes sobre a estrutura administrativa do estado brasileiro nos referidos contextos, onde percebe-se lacunas na literatura que trate sobre história administrativa, pensar essa estrutura governamental que não é linear, mas permeada por reformas que ocasionam descontinuidades, refletindo diretamente nas funções e atividades que geram os documentos.



### Considerações Finais

O presente texto traz resultados parciais do projeto de extensão do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulado *Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no sistema de arquivos e documentos do Estado do Amazonas – SAGED*.

A situação dos arquivos no Brasil, particularmente no estado do Amazonas ainda se assemelha a depósitos, são exceções e muitas vezes ações individuais que objetivam preservar e salvaguardar o patrimônio documental. No caso específico, observa-se que os referidos documentos só conseguiram ser preservados em virtude da própria características dos mesmos, visto que foram produzidos em um suporte encadernado que os mantiveram preservados.

Durante a primeira fase do projeto, que se desenvolveu no primeiro semestre de 2019, foram identificados 290 livros do fundo documental da Alfândega de Manaus, que abrangem um recorte temporal de 1873 (o livro mais antigo) até 1930 (o livro mais recente), sendo este período situado na virada do século XIX para o XX, fase em que o Amazonas vive o período áureo da borracha e todas as transformações que provém de sua exportação, além de ser também, o período de queda da produção da borracha. Nota-se pelas tipologias dos livros a preocupação em se controlar a entrada e saída de produtos, exportação e importação, bem como a entrada e saída de navios, sejam nacionais ou estrangeiros. Há livros de pontos, livros de ocorrências, livro de caixa, enfim há todo um controle por parte da administração que controla e administra a rotina portuária.

**Data de Submissão:** 29/05/2020

**Data de Aceite:** 01/07/2020



### Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000071.pdf>> Data de acesso em 15 de abril de 2020

ARQUIVO NACIONAL. **Guia da administração brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)**. Organização: Angélica Ricci Camargo e Dilma Cabral. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** — 2. ed. rev. e ampl. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)**, 3ª edição, Manaus: Valer, 2006.

DIAS, Ednea, Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920**, 2ª edição, Manaus: Valer, 2007

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1982

MATOS, João Wilkens de. **Relatório com que o presidente da província abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 04 de abril de 1869**. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/164/items>>. Data de acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

OGMO. **Órgão Gestor de Mão de Obra do Porto de Itajaí**, c2020, Pagina: Dicionário, Disponível em: <http://www.ogmoitajai.com.br/portal/info/indice.asp>> Data de acesso em: 24 de abril de 2020

PRIORI, Ângelo (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009.